



Roberto Gurgel de Oliveira Filho

**O tratamento jurídico penal das
Organizações Criminosas no Brasil**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito

Orientador: João Ricardo W. Dornelles

Rio de Janeiro
Março de 2012



Roberto Gurgel de Oliveira Filho

**O tratamento jurídico penal das
Organizações Criminosas no Brasil**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Direito da PUC-Rio Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo assinada:

Prof. João Ricardo W. Dornelles

Orientador
Departamento de Direito – PUC-Rio

Vitória-Amália de Barros C. G. de Sulocki

Departamento de Direito – PUC-Rio

Rosangela Lunardelli Cavallazzi

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de março de 2012.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Roberto Gurgel de Oliveira Filho

Graduado em Direito pela Associação Educacional Toledo de Presidente Prudente (SP), no ano de 2002. Delegado de Polícia do Estado de Mato Grosso do Sul desde 2006. Pós-graduado (*lato sensu*) em Direito Constitucional, pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, no ano de 2008. Professor da Academia de Polícia de Mato Grosso do Sul, desde 2009. Pós-graduado (*lato sensu*) em Ciências Penais, pela Universidade Anhanguera-Uniderp, no ano de 2011.

Ficha Catalográfica

Oliveira Filho, Roberto Gurgel de

O tratamento jurídico penal das organizações criminosas no Brasil / Roberto Gurgel de Oliveira Filho; orientador: João Ricardo W. Dornelles. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2012.

142fl; 29,7 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito

Inclui referências bibliográficas.

1. Organizações criminosas. 2. Crime organizado. 3. Legislação. 4. Direitos fundamentais. 5. Tipificação penal. 6. Projeto de lei. 7. Estado democrático de direito I. Dornelles, João Ricardo W. (João Ricardo Dornelles). II Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD:340

Dedico este trabalho a você minha filha Isabela.

Você nem chegou e já te amo.

Ainda não vi o seu rostinho, mas, já sou completamente apaixonado por você.

Talvez daqui a algum tempo você entenda a alegria que é concluir um mestrado, porém, nada é maior e mais significativo do que o amor que sinto por você.

Desde o momento em que soube da sua vinda tudo em minha vida mudou.

É amor que não se explica, se vive, é tamanho amor que dá até medo.

Não existe desejo maior do que te ver e poder te abraçar, te beijar, sentir você,
minha filha, parte de mim.

Agradecimentos

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, uma das instituições de ensino mais conceituadas e respeitadas do Brasil cujo primado sempre foi pela excelência no ensino. A mim, de maneira especial, por me permitir o aperfeiçoamento na ciência do Direito e a realização de um sonho que era a conclusão do mestrado. Jamais imaginei chegar tão longe.

Também agradeço ao amigo e orientador João Ricardo W. Dornelles, pela forma como sempre me tratou e me incentivou em todos os momentos do curso e da realização desta dissertação. Em nossas conversas, me motivou quanto ao desenvolvimento do tema e me mostrou o caminho a seguir para o aperfeiçoamento jurídico que a dissertação exigia.

Agradecimentos sinceros e com carinho para minha mulher, Tânia, por me ajudar e incentivar em todos os momentos e acreditar na realização deste sonho. Meu eterno amor.

Aos meus pais, minha irmã Roberta e meu cunhado Marcelo que nem mesmo a distância foi capaz de diminuir o incentivo e o apoio incondicional de sempre.

Ao meu afilhado Lucas, por ser um sinal do céu em minha vida e me ensinar que a pureza é a maior virtude do ser humano.

Aos professores Celso Panoff Philbois e Jaceguara Dantas da Silva Passos pelo apoio antes mesmo do início do curso.

Aos colegas de turma por me ensinarem, cada um a sua maneira, os valores de cada função dentro da Justiça e o respeito que devemos nutrir por cada uma delas.

Resumo

Oliveira Filho, Roberto Gurgel de; Dornelles, João Ricardo W. **O tratamento jurídico penal das organizações criminosas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2012. 142p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O panorama de nossos dias, onde a criminalidade atingiu índices elevadíssimos, gera uma enorme preocupação na população mundial ante a proliferação de organizações criminosas especializadas em práticas de crimes graves que atingem bens jurídicos e direitos fundamentais como a vida, a paz pública, a liberdade em todas as suas esferas, o meio-ambiente, a saúde pública, a ordem econômica, a probidade administrativa, o voto direto, entre outros direitos. Diante dos ataques a bens jurídicos relevantes, o Estado, como tem se tornado costume, busca uma lei emergencial que possa criar tipos penais para solucionar e acabar com as ações criminosas destas organizações de maneira imediata. Ocorre que, tais normas não tem o poderio para enfraquecer o crime organizado no que diz respeito à sua estrutura financeira e ações delitivas. Com isso, tenta-se incutir nas sociedades a falsa idéia de combate às organizações criminosas de maneira efetiva. É dentro desta realidade que o trabalho inicia-se tratando da origem do crime organizado no Brasil bem como faz a análise das principais organizações criminosas brasileiras. Em seguida, estuda-se a legislação comparada sobre o tema e as diversas leis pátrias que tratam de associações criminosas, em especial a Lei 9.034/95 – Lei do Crime Organizado. A seguir, são realizados estudos de alguns projetos de leis em andamento no Congresso Nacional sobre o tema e uma sugestão de lei de combate ao crime organizado. Por fim, passa-se às considerações finais a cerca do tema a partir de um estudo científico e casuístico da matéria.

Palavras-chave

Organizações criminosas; Crime organizado; legislação; direitos fundamentais; tipificação penal; projeto de lei; Estado Democrático de Direito.

Abstract

Oliveira Filho, Roberto Gurgel de; Dornelles, João Ricardo W.(Advisor). **The criminal legal treatment of criminal organizations in Brazil.** Rio de Janeiro, 2012. 142p. MSc. Dissertation - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The overview of present days, where the criminality reached very high levels, creates a huge preoccupation on the world's population front of the increase of specialized criminal organizations practicing felonies that reach legal rights and fundamental rights as life. Public peace, freedom in all levels, environment, public health, economical order, administrative integrity, the direct vote and many others are among these rights. Front of the attack on legal significant rights, the State, as it has been usual, searches for an emergency law that may create penal types to solve and end the criminal actions of these organizations in an immediate way. It occurs that such rules do not have the power to weaken the organized crime in its financial structure and outlaw actions. So, it has been tried to infuse in the societies the false idea of combat to the criminal organizations in an effective way. It is inside of this reality that begins the work treating with the origin of organized crime in Brazil as well analyzes the main Brazilian criminal organizations. Right after, it is studied the legislation compared the theme and the many laws that treat the criminal associations, especially Law 9.03495 – Law of Organized Crime. It has also been realized studies of some projects of laws in course in the National Congress about the theme and a suggestion of law to combat the organized crime. At last, final considerations about the theme whereof a scientific and casuistic study of the subject.

Keywords

Criminal organizations; Organized crime; legislation; fundamental rights; penal typification; project of law; Democratic State of Right.

Sumário

1. Introdução	10
2. A origem do crime organizado no Brasil	13
2.1. Organizações criminosas brasileiras	15
2.1.1. Comando Vermelho	15
2.1.2. Terceiro Comando	18
2.1.3. Terceiro Comando Puro	19
2.1.4. Amigos dos Amigos	21
2.1.5. Milícias	24
2.1.6. Primeiro Comando da Capital	31
3. Organizações criminosas segundo algumas experiências estrangeiras	37
3.1. Direito Argentino	37
3.2. Direito Chileno	39
3.3. Direito Cubano	40
3.4. Direito Português	41
3.5. Direito Espanhol	43
3.6. Direito Alemão	45
3.7. Direito francês	47
3.8. Direito italiano	49
3.9. Direito norte-americano	54
4. Organizações criminosas no direito brasileiro	58
4.1. Quadrilha ou bando – artigo 288 do Código Penal	59
4.2. Lei nº. 9.034/95	61
4.3. Lei nº. 2.889/56	68
4.4. Lei 8.072/90	69
4.5. Lei 11.343/2006	71

4.6. Convenção de Palermo	74
5. Projetos legislativos	78
5.1. Projeto de lei nº. 118/2002	78
5.2. Projeto de lei nº. 2.858/2000	82
5.3. Projeto de Lei nº. 140/2007	83
5.4. Projeto de Lei nº. 1.655/2007	86
5.5. Nosso entendimento	91
6. Conclusão	103
7. Referências bibliográficas	108
7.1. Referências eletrônicas	112
8. Anexos	114